

A. GRAMSCI: OS 'CADERNOS DO CÁRCERE' E A REVOLUÇÃO PASSIVA

José Antonio SEGATTO¹

Antonio Gramsci (1891-1937) nasceu na Sardenha (então uma das regiões mais miseráveis da Itália) de uma família de origem camponesa e pobre. Em 1911 mudou-se para Turim, onde entra em contato com a teoria de Marx, Lenin e outros revolucionários e quatro anos depois já dirigia o jornal da seção socialista da cidade.

Quando começa a guerra na Europa (1914), Gramsci toma posição clara de oposição ao belicismo, contra setores do PSI que propunham neutralidade. Em 1917, depois de um levante dos operários de Turim, violentamente reprimido, assume a tarefa de reorganização do movimento, sendo eleito secretário regional do Partido Socialista. Na condição de dirigente do movimento socialista na “cidade vermelha”, saudou a revolução na Rússia, publicou um lúcido artigo, denominado “*A revolução contra O Capital*”, organizou os “conselhos de fábrica” e fundou seu porta voz: *L'Ordine nuovo* (1919). Em 1921, funda com outros revolucionários o Partido Comunista Italiano, do qual viria a se tornar dirigente máximo e seu principal formulador teórico-político.

Nesses anos tem papel importante na luta para tentar barrar a ascensão fascista. Em 1924 é eleito deputado pelo PCI e no parlamento italiano faz duras e lúcidas críticas a Mussolini e seu regime. No ano de 1926 é preso e em 1928, durante o processo, o promotor exclama aos juízes pedindo a condenação de Gramsci, alegando: “Temos de impedir que esse cérebro funcione durante vinte anos”. Inicia-se aí um período extremamente difícil na vida do dirigente comunista, sendo libertado somente poucos dias antes de falecer, numa clara manobra de Mussolini para impedir que morresse nos cárceres fascistas.

Depois de quase onze anos nas prisões fascistas – enfrentando condições sub-humanas e até mesmo a hostilidade de companheiros de partido – morria (27.04.1937) Antonio Gramsci, vitimado por um derrame cerebral e por um organismo excessivamente debilitado e corroído pelas doenças. O carro fúnebre que transportou seu corpo até o cemitério seguiu quase solitário.

Deixara, não obstante todas as agruras e adversidades, um legado excepcionalmente rico. Produzira uma obra que o notabilizaria como um dos maiores intelectuais do século XX. Os “cadernos” de notas que redigiu no cárcere, publicados a partir de 1948 – pela editora Einaudi e, sob a coordenação de Palmiro Togliatti e Felice Platone -, tornaram-se uma obra clássica das ciências sociais e da teoria política – os conceitos e categorias que formulou e/ou trabalhou (“hegemonia”, “sociedade civil”, “revolução passiva”, etc.) foram incorporados de forma definitiva e universalmente por todas as ciências humanas; e também na teoria, na prática e na cultura política.

Publicados no Brasil, em sua maior parte, na segunda metade da década de 60, por iniciativa de alguns intelectuais pecebistas (Carlos Nelson Coutinho e outros) e por Ênio Silveira, pela Editora Civilização Brasileira, à época não obtiveram muito êxito. A difusão das formulações de Gramsci esbarraram numa conjuntura histórica particularmente adversa, repleta de obstáculos – as concepções que, naquele momento especial empolgavam setores e grupos de esquerda eram, sobretudo, o “foquismo” de Régis Debray e Che Guevara, a “dogmática” de Mao Tsé-Tung, a “grande recusa” de Marcuse, a “revolução epistemológica” de L. Althusser, entre outros. Conseqüência: os livros de Gramsci encalharam. Somente a partir de meados dos anos 70 é que voltariam a ter repercussão.

Republicada pela mesma editora desde 1999, mas com uma nova tradução – cuidada e brilhantemente preparada por Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira -, acrescida e enriquecida de notas e outros textos não publicados anteriormente, e com novo ordenamento tendo como referência e baseada na edição italiana feita por Valentino Gerratana, a obra terá 10 volumes, 6 dos *Cadernos do Cárcere*, 2 *Escritos Políticos* (1910-1926) e 2 das *Cartas do Cárcere*.

Vem a público agora o quinto volume da edição brasileira dos *Cadernos do cárcere*, *O Risorgimento, Notas sobre a Itália*, particularmente atraente para os estudiosos da obra de Gramsci. Em primeiro lugar, trata-se de material em sua maior parte inédito em nosso país: os cadernos especiais sobre o *Risorgimento* e sobre as classes subalternas, reunidos nesse volume ao lado de um grande número de notas sobre a história italiana, nunca foram integralmente publicados entre nós e constituem um dos grandes eixos da pesquisa empreendida por Gramsci em seus anos de cárcere, a partir de 1926. Tratava-se, para aquele teórico e político marxista, de realizar o “reconhecimento do terreno nacional” da forma mais exaustiva possível, ao analisar o processo de forma-

¹ Departamento de Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara - SP - Brasil.

ção tardia do Estado italiano no século XIX: exatamente, o que se convencionou chamar de *Risorgimento*.

Em segundo lugar, deve-se chamar a atenção para o feito historiográfico daquele talentoso prisioneiro do fascismo. Marx havia realizado uma obra-prima da teoria política mais ou menos “casual”, ao compor o *18 Brumário de Luís Bonaparte* a partir de textos originalmente jornalísticos, “sob a pressão imediata dos acontecimentos”; Gramsci, agora, ao compor as peças do mosaico em que analisa o *Risorgimento* nacional italiano, iria realizar, nos cinqüenta e oito parágrafos que dão corpo ao respectivo caderno, uma nova obra-prima da análise política marxista, com indicações iluminadoras sobre a natureza da sociedade e do Estado italiano, de seus intelectuais e de sua cultura. Uma obra que ainda hoje se pode chamar, sem nenhum exagero, de seminal, cuja influência se estenderia muito além dos problemas específicos da sociedade italiana.

Deste ponto de vista, uma das categorias que Gramsci utilizou para entender o processo do *Risorgimento* é particularmente significativa: trata-se da categoria de “revolução passiva”, sobre a qual se travam aceras disputas entre acadêmicos e estudiosos marxistas ou não. Originalmente, essa categoria tinha sido empregada por um historiador napolitano, Vincenzo Cuoco, para definir a breve experiência da república em sua cidade, no final do século XVIII, embebida pelas idéias “francesas”. Como se sabe, a república foi afogada em sangue por uma aliança entre as massas rurais, a plebe urbana, a parte conservadora da nobreza e, especialmente, o clero. A debilidade da república, segundo Cuoco, tinha residido no fato de não ter sido uma revolução “ativa”, como o grande modelo francês, deixando-se confinar entre as camadas intelectualizadas e perdendo contato com as camadas mais amplas do povo.

Gramsci retoma e modifica o conceito de revolução passiva. Aplica-o ao *Risorgimento*, no sentido de que, também na construção do moderno Estado italiano, as elites políticas e econômicas não tinham sido capazes de *hegemonia* no sentido pleno da palavra: receosas do radicalismo da experiência francesa, não incluíram as reivindicações populares e camponesas em seu programa. O Estado unitário e monárquico que legaram estava institucionalmente vazio de povo. As lideranças da “esquerda” nesse mesmo processo (Mazzini e Garibaldi) permaneceram subalternas aos dirigentes moderados (Cavour), apesar do radicalismo ocasional e do heróico ativismo garibaldino – “a afirmação atribuída a Vítor Emmanuel II de ‘ter no bolso’ o Partido da Ação, ou algo semelhante, é praticamente exata, e não só pelos contatos pessoais do Rei com Garibaldi, mas porque, de fato, o Partido da Ação foi dirigido ‘indiretamente’ por Cavour e o Rei” (p.62). Não souberam compreender o processo em sua totalidade, não

entenderam os movimentos dos adversários políticos e, portanto, contribuíram para reforçar o caráter “passivo” do *Risorgimento*.

No desenvolvimento do *Risorgimento*, o chamado Partido de Ação tinha uma atitude ‘paternalista’ e, por isso, não conseguiu, a não ser em medida muito limitada, por as grandes massas populares em contato com o estado. O chamado ‘transformismo’ é tão-sómente a expressão parlamentar do fato de que o Partido da Ação é incorporado molecularmente pelos moderados e as massas populares são decapitadas, não absorvidas no âmbito do novo Estado [...] de fato, a... solução destes problemas tornou possível o *Risorgimento* nas formas e nos limites em que ele se realizou, sem ‘terror’, como ‘revolução sem revolução’, ou seja, como ‘revolução passiva’. (p. 93 e 63)

Revolução passiva ou “revolução sem revolução” ou ainda “revolução-restauração”, para Gramsci, ao contrário da revolução realizada a partir “de baixo”, de caráter jacobino, implica em dois momentos básicos: o da “restauração” (como reação à qualquer possibilidade de transformação radical) e o da renovação (incorporação, pelas classes dominantes, das reivindicações das classes dominadas). Portanto, uma revolução feita por modificações moleculares, que só progressiva e lentamente promovem mudanças parciais, através do transformismo. Ou como, de maneira sutil, foi colocado, por Giuseppe Tomasi di Lampedusa (*Il Gattopardo*) na fala de um de seus personagens: “Se queremos que tudo permaneça como está, é necessário que tudo mude” – muda-se tudo para não se mudar nada.

Naturalmente, se o Estado italiano se mostrava incapaz de incorporar plenamente os “de baixo” a seus mecanismos institucionais, se se mostrava impotente para achar soluções progressistas para o desenvolvimento econômico do país, isto era o reflexo de um déficit de hegemonia por parte das elites dirigentes.

Eles diziam se propor a criação do Estado moderno na Itália e produziram algo bastardo, se propuseram suscitar uma classe dirigente difusa e enérgica e não conseguiram, inserir o povo no quadro estatal e não conseguiram. A mesquinha vida política de 1870 até 1900, a rebeldia elementar e endêmica das classes populares, a existência tacanha e penosa de uma camada dirigente cética e pulsilâmine são a consequência daquela deficiência: assim como é sua consequência a posição internacional do novo Estado, destituído de autonomia efetiva porque minado internamente pelo Papado e pela passividade animosa das grandes massa [...]. Assim, na realidade, os direitistas do *Risorgimento* foram grandes demagogos: eles fizeram do povo-na-

ção um instrumento, um objeto, degradando-o, e nisto consiste a demagogia máxima e mais desprezível... (p. 105)

Estava aberto, assim, o caminho para a estéril retórica nacionalista de direita e para as aventuras colonialistas como suposta saída para o drama das empobrecidas populações rurais; fundamentalmente, na falta de capacidade hegemônica, estava aberto o caminho para o recurso à força e à violência aberta, quando se apresentasse uma conjuntura de crise "orgânica". O fascismo era a prova mais clara desse caráter insuficientemente democrático da formação e funcionamento do Estado na Itália.

O conceito de revolução passiva, como dissemos, é uma das chaves para a apreensão do texto gramsciano. Além disso, hoje, pode-se fazer com esse termo uma operação semelhante à que o próprio Gramsci fez em relação a Vincenzo Cuoco, isto é, retomá-lo e ampliá-lo, para dar conta de processos sociais contemporâneos cujos atores parecem arrastados pelos "fatos", incapazes de os dominarem e de neles imprimir uma direção intelectual e moral de feição inclusiva e politicamente democrática.

Protagonistas os 'fatos, por assim dizer, e não os 'homens individuais'. Como, sob um determinado invólucro político, necessariamente se modificam as relações sociais fundamentais e novas forças políticas efetivas surgem e se desenvolvem, as quais influenciam indiretamente, com pressão lenta mas incoercível, as forças oficiais, que, elas próprias, se modificam sem dar conta, ou quase. (p.328)

Há quem aplique o conceito ao processo da modernização capitalista brasileira, levada a cabo "pelo alto" e, pelo menos durante algumas décadas, por regimes autoritários. E há também quem, de modo ainda mais ambicioso, afirme que a generalização das relações capitalistas por todo o globo, que transcorre como uma força da natureza diante de nossos olhos, tem muitos aspectos de revolução passiva (ou de revolução-restauração, como Gramsci também a chama). Deve ser observado, no entanto, como insiste em afirmar Gramsci, que a teoria da revolução passiva é um critério de interpretação histórico-político, não devendo ser utilizado com programa de ação, o que poderia conduzir ao:

Perigo de derrotismo histórico, ou seja, de indiferentismo, porque a formulação geral do problema pode fazer crer num fatalismo (...) Portanto, não teoria da 'revolução passiva' como programa, como foi nos liberais italianos do *Risorgimento*, mas como critério de interpretação... (p. 332-3)

O que assim vem à baila é a possibilidade de aplicar o termo como uma categoria interpretativa de realidades sociais e econômicas que parecem incontroláveis, especialmente do ponto de vista dos "de baixo". Se essa operação for bem sucedida, ficaria clara sua possível incidência política, ao iluminar meios e modos de intervenção democrática em processos aparentemente ingovernáveis e dotados de força natural, tal como nos dizem ser a globalização. Seria um resultado não propriamente paradoxal, em se tratando de Gramsci, um intelectual que soube, como poucos outros, aliar a fineza necessária de análise política e histórica com o empenho constante em agir no sentido da democratização das relações sociais.

GRAMSCI, A. O risorgimento, notas sobre a Itália. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.